

Irene Patrícia Diom
N O H A R A

DIREITO ADMINISTRATIVO

12^a
edição

revista,
atualizada e
ampliada



atlas

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 27.12.2022
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2023 by
Editora Atlas Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Atlas Ltda.
- Capa: Fabricio Vale
- CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

N718d

Nohara, Irene Patrícia Diom

Direito administrativo / Irene Patrícia Diom Nohara. – 12. ed. – Barueri [SP]: Atlas, 2023.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-5977-427-2

1. Direito administrativo – Brasil. I. Título.

22-80981

CDU: 342.9(81)



Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

Sumário

1.	CONCEITO, ORIGEM E TENDÊNCIAS DO DIREITO ADMINISTRATIVO	1
1.1	Importância do estudo do Direito Administrativo.....	1
1.2	Ramo do direito público	2
1.3	Conceito de Direito Administrativo.....	4
1.4	Regime jurídico administrativo.....	6
1.5	Dispersão das normas de Direito Administrativo e sua interpretação	8
1.6	Fontes do Direito Administrativo	10
1.7	Origem do Direito Administrativo	12
1.8	Evolução do papel do Estado	15
1.9	Novas tendências no Direito Administrativo	22
1.10	Independência entre poderes e função administrativa	29
2.	PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	41
2.1	Introdução	41
2.2	Supremacia do interesse público	43
2.3	Legalidade, legalidade administrativa e reserva legal	50
2.4	Impessoalidade	54
2.5	Moralidade	57
2.6	Publicidade	64
2.7	Eficiência	73
2.8	Razoabilidade e/ou proporcionalidade.....	80
2.9	Finalidade	84

2.10	Motivação	85
2.11	Segurança jurídica.....	90
3.	PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	93
3.1	Poderes administrativos	93
3.2	Poder discricionário.....	95
3.3	Poderes decorrentes da hierarquia	100
3.4	Poder disciplinar	105
3.5	Poder normativo	108
3.6	Poder de polícia.....	113
3.6.1	Significado, abrangência e evolução histórica	113
3.6.2	Polícia administrativa e polícia judiciária.....	119
3.6.3	Atributos	123
3.6.4	Manifestações e limites.....	126
3.6.5	Poder de polícia e direitos fundamentais.....	128
3.6.6	Restrições a atividades de agentes privados	132
3.6.7	Impossibilidade de delegação	134
3.6.8	Dinâmica do ciclo de polícia em distintas fases de manifestação.....	136
4.	ATO ADMINISTRATIVO	139
4.1	Introdução	139
4.2	Defesa do ato administrativo como categoria imprescindível.....	140
4.3	Conceito	145
4.4	Atributos.....	148
4.4.1	Presunção de legitimidade e veracidade.....	148
4.4.2	Imperatividade	149
4.4.3	Autoexecutoriedade	150
4.4.4	Tipicidade	151
4.5	Efeitos do silêncio administrativo	152
4.6	Classificação dos atos administrativos.....	155
4.7	Espécies de atos administrativos	157
4.8	Perfeição, validade e eficácia	158
4.9	Elementos e requisitos de validade	160
4.9.1	Sujeito	160
4.9.2	Objeto	162
4.9.3	Forma	162
4.9.4	Motivo.....	163
4.9.5	Finalidade	163
4.9.6	Sistematização distinta	164
4.10	Vícios.....	165
4.10.1	Vício de sujeito ou de competência.....	165
4.10.2	Vício de objeto.....	167

4.10.3	Vício de forma.....	167
4.10.4	Vício de motivo.....	168
4.10.5	Vício de finalidade.....	173
4.11	Discrecionalidade e os elementos do ato administrativo.....	176
4.12	Teoria das invalidades no ato administrativo: nulidade e anulabilidade	178
4.13	Atos inexistentes.....	181
4.14	Convalidação do ato.....	181
4.15	Conversão	184
4.16	Extinção	184
4.16.1	Formas de extinção do ato administrativo	184
4.16.2	Anulação e revogação.....	185
4.16.3	Limites à anulação dos atos administrativos.....	187
4.16.4	Limites à revogação dos atos administrativos.....	189
4.16.5	Desfazimento e exigência de contraditório	190
5.	PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	193
5.1	Processo e procedimento: abrangência do processo administrativo.....	193
5.2	Importância do processo administrativo.....	196
5.3	Disciplina jurídica	198
5.4	Objetivos.....	202
5.5	Conceito	204
5.6	Princípios do processo administrativo.....	204
5.7	Diferenças entre processo civil e processo administrativo.....	211
5.8	Impedimento e suspeição	215
5.9	Razoável duração do processo e prazos da LPA	216
5.10	Prioridade na tramitação.....	217
5.11	Instrução do processo administrativo.....	218
5.12	Participação comunitária: consulta, audiência e outros meios de interlocução	220
5.13	Condição de participante e de interessado.....	224
5.14	Decisão coordenada no processo administrativo.....	225
5.15	Parecer no processo administrativo.....	226
5.16	Extinção do processo	228
5.17	Processo Administrativo Disciplinar (PAD)	231
5.17.1	Conceito	231
5.17.2	Finalidade	233
5.17.3	Princípios e critérios jurídicos.....	234
5.17.4	Natureza de poder-dever de apuração de irregularidades.....	235
5.17.5	Constitucionalidade da denúncia anônima	237
5.17.6	Investigação preliminar e meios alternativos de resolução de conflitos....	239
5.17.7	Fases e descrição do procedimento legal	241
5.17.8	Revisão do Processo Disciplinar	246
5.17.9	Sindicância	247

5.17.10	Procedimentos sumários de acumulação, abandono de cargo e inassiduidade habitual	249
5.17.11	Verdade sabida	251
5.17.12	Prescrição no processo disciplinar.....	253
5.17.13	Controle jurisdicional do ilícito administrativo	256

6.	LICITAÇÃO	261
6.1	Conceito e natureza jurídica	261
6.2	Objetivos	262
6.3	Transformações nos fundamentos e na natureza jurídica.....	267
6.4	Histórico	268
6.5	Disciplina legal e entes que devem licitar	271
6.6	Princípios.....	275
6.6.1	Legalidade e formalismo.....	275
6.6.2	Impessoalidade	277
6.6.3	Moralidade	278
6.6.4	Publicidade e transparência.....	278
6.6.5	Eficiência	279
6.6.6	Interesse público	279
6.6.7	Probidade administrativa.....	280
6.6.8	Igualdade.....	282
6.6.9	Planejamento	283
6.6.10	Eficácia e segregação de funções	284
6.6.11	Motivação	285
6.6.12	Vinculação ao edital	285
6.6.13	Julgamento objetivo.....	286
6.6.14	Segurança jurídica.....	286
6.6.15	Razoabilidade e proporcionalidade.....	286
6.6.16	Competitividade	287
6.6.17	Celeridade	287
6.6.18	Economicidade.....	288
6.6.19	Desenvolvimento nacional sustentável	288
6.6.20	Disposições interpretativas da LINDB	289
6.7	Contratação direta	291
6.8	Processo de contratação direta.....	301
6.9	Procedimento e suas fases.....	302
6.9.1	Fase preparatória	305
6.9.2	Edital	306
6.9.3	Propostas e lances.....	307
6.9.4	Julgamento	308
6.9.5	Habilitação	309
6.9.6	Fase recursal	314
6.9.7	Homologação	314

6.9.8	Inversão de fases.....	316
6.10	Desfazimento da licitação.....	317
6.11	Modalidades.....	319
6.11.1	Pregão.....	320
6.11.1.1	Considerações introdutórias.....	320
6.11.1.2	Definição e características.....	321
6.11.1.3	Disciplina legal.....	323
6.11.1.4	Formas: presencial e eletrônica.....	324
6.11.1.5	Procedimento do pregão presencial.....	325
6.11.1.6	Procedimento do pregão eletrônico.....	327
6.11.2	Concorrência.....	332
6.11.3	Concurso.....	332
6.11.4	Leilão.....	333
6.11.5	Diálogo competitivo.....	334
6.12	Procedimentos auxiliares.....	336
6.12.1	Credenciamento.....	336
6.12.2	Pré-qualificação.....	338
6.12.3	Procedimento de Manifestação de Interesse.....	339
6.12.4	Sistema de registro de preços.....	341
6.12.5	Registro cadastral.....	345
6.13	Licitação de serviços de publicidade prestados por agências de propaganda.....	346
6.14	Licitação na área de defesa.....	348
6.15	Tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte.....	351
6.16	Regime Diferenciado de Contratação (RDC).....	355
6.17	Licitações nas estatais.....	361

7. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS..... 369

7.1	Considerações introdutórias.....	369
7.2	Discussão acerca da existência de contratos administrativos e sua natureza jurídica.....	369
7.3	Definição.....	373
7.4	Tratamento legal.....	374
7.5	Características.....	375
7.6	Formalidades.....	377
7.7	Cláusulas necessárias.....	379
7.8	Duração do contrato administrativo.....	381
7.9	Cláusulas exorbitantes.....	384
7.9.1	Alteração unilateral.....	385
7.9.2	Extinção unilateral.....	388
7.9.3	Fiscalização do contrato.....	390
7.9.4	Aplicação de sanções.....	393
7.9.5	Ocupação provisória de bens, pessoal e serviços.....	398

7.9.6	Restrições à alegação da <i>exceptio non adimpleti contractus</i>	399
7.9.7	Exigência de garantia.....	401
7.10	Áreas contratuais.....	404
7.10.1	Fato da administração	405
7.10.2	Fato do príncipe	405
7.10.3	Teoria da imprevisão	407
7.10.4	Interferências ou sujeições imprevistas	410
7.10.5	Impacto da matriz de riscos nas áreas.....	411
7.11	Diferenças entre reajuste em sentido estrito, repactuação e revisão	413
7.12	Arbitragem nos contratos administrativos	414
7.13	Extinção do contrato administrativo	416
7.14	Contratos administrativos em espécie	417
7.14.1	Contrato de concessão.....	417
7.14.2	Empreitada.....	418
7.14.3	Tarefa	418
7.14.4	Contrato de fornecimento.....	418
7.14.5	Contrato de eficiência.....	419
7.14.6	Convênio	420
7.14.7	Consórcio público	422
7.14.8	Contratação de serviços terceirizados	423
8.	SERVIÇOS PÚBLICOS	425
8.1	Noção	425
8.2	Escola do serviço público e crise da noção	432
8.3	Critérios de identificação e definição de serviços públicos	436
8.4	Princípios.....	439
8.4.1	Generalidade ou igualdade dos usuários.....	439
8.4.2	Modicidade das tarifas	440
8.4.3	Mutabilidade do regime jurídico	440
8.4.4	Continuidade	440
8.5	Classificação	441
8.6	Repartição constitucional de competências e serviços públicos	446
8.7	Participação, proteção e defesa do usuário dos serviços públicos	449
8.8	Delegação de serviços públicos a particulares.....	452
8.8.1	Concessão e permissão: tratamento legal e diferença.....	452
8.8.2	Concessão de serviço público	454
8.8.2.1	Histórico “pendular” na utilização da concessão.....	455
8.8.2.2	Serviço adequado.....	456
8.8.2.3	Direitos e deveres do usuário do serviço público	459
8.8.2.4	Política tarifária.....	464
8.8.2.5	Licitação na concessão de serviço público.....	466
8.8.2.6	Cláusulas essenciais no contrato de concessão	468
8.8.2.7	Encargos da concessionária.....	469

8.8.2.8	Responsabilidade da concessionária.....	469
8.8.2.9	Encargos do poder concedente.....	470
8.8.2.10	Responsabilidade do Estado por prejuízos causados pelos concessionários	471
8.8.2.11	Contratação com terceiros pela concessionária.....	472
8.8.2.12	Subconcessão.....	472
8.8.2.13	Transferência.....	473
8.8.2.14	Intervenção na concessão.....	473
8.8.2.15	Extinção da concessão.....	474
8.8.2.15.1	Reversão.....	474
8.8.2.15.2	Encampação.....	475
8.8.2.15.3	Caducidade.....	476
8.8.2.15.4	Rescisão.....	477
8.8.2.15.5	Anulação.....	478
8.8.2.15.6	Falência ou extinção da pessoa jurídica	478
8.8.3	Permissão de serviço público	479
8.8.4	Autorização de serviço público	480
8.8.5	Parceria público-privada.....	481
8.8.5.1	Conceito e natureza jurídica.....	481
8.8.5.2	Modalidades.....	482
8.8.5.3	Características e vedações.....	483
8.8.5.4	Histórico e adoção no Brasil.....	484
8.8.5.5	Disciplina legal	485
8.8.5.6	Diretrizes norteadoras.....	487
8.8.5.7	Cláusulas essenciais	487
8.8.5.8	Contraprestação	488
8.8.5.9	Garantias.....	488
8.8.5.10	Sociedade de propósito específico.....	489
8.8.5.11	Licitação	489
8.8.5.12	Normas aplicáveis à União	491

9.	INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO E ATUAÇÃO NO DOMÍNIO SOCIAL.....	495
9.1	Intervenção no domínio econômico.....	495
9.1.1	Monopólio.....	500
9.1.2	Controle de abastecimento.....	502
9.1.3	Tabelamento de preços	502
9.1.4	Repressão do abuso do poder econômico	503
9.2	Intervenção/atuação no domínio social	506
9.2.1	Políticas públicas e vinculação aos objetivos constitucionais	506
9.2.2	Controle judicial das políticas públicas: reserva do possível e mínimo existencial.....	510
9.2.3	Limites ao ativismo jurídico e autocontenção judicial.....	512

10. ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA	517
10.1 Introdução	517
10.2 Desconcentração e descentralização	517
10.3 Teoria do órgão	520
10.4 Administração Direta	521
10.5 Administração Indireta.....	524
10.5.1 Autarquia	524
10.5.1.1 Conceito e características	524
10.5.1.2 Classificação	527
10.5.1.3 Prerrogativas do regime público	531
10.5.1.4 Sujeições do regime público	533
10.5.1.5 Escolha dos dirigentes	533
10.5.1.6 Regime de bens/patrimônio	534
10.5.1.7 Controle	534
10.5.2 Agências.....	535
10.5.2.1 Agências executivas.....	536
10.5.2.2 Agências reguladoras.....	536
10.5.2.2.1 Intensificação da regulação no Brasil.....	537
10.5.2.2.2 Inspiração e evolução da regulação no direito norte-americano	540
10.5.2.2.3 Natureza jurídica	541
10.5.2.2.4 Legislação específica nos setores de regulação	543
10.5.2.2.5 Atividades das agências reguladoras	545
10.5.2.2.6 Regulação: operacionalização técnica e eficiência administrativa.....	546
10.5.2.2.7 Análise de Impacto Regulatório.....	548
10.5.2.2.8 Regime jurídico do pessoal das agências reguladoras.....	554
10.5.2.2.9 Limites à autonomia das agências reguladoras	554
10.5.2.2.10 Governança e <i>compliance</i> das agências reguladoras	556
10.5.3 Fundação	557
10.5.3.1 Considerações introdutórias	557
10.5.3.2 Fundações de direito privado instituídas por particulares	557
10.5.3.3 Fundação pública de direito privado.....	559
10.5.3.4 Fundação de direito público ou autarquia fundacional.....	562
10.5.4 Estatal	566
10.5.4.1 Regime jurídico das estatais que prestam serviços públicos....	568
10.5.4.2 Criação e extinção.....	570
10.5.4.3 Regime de pessoal e nomeação de dirigentes.....	572
10.5.4.4 Empresa pública	574
10.5.4.5 Sociedade de economia mista	575
10.5.4.5.1 Origem e desenvolvimento	575

10.5.4.5.2	Definição e características	576
10.5.4.5.3	Distinções entre empresa pública e sociedade de economia mista	577
10.5.4.5.4	Fiscalização das estatais	578
10.5.5	Consórcios públicos	579
10.5.5.1	Tratamento legal e definição.....	579
10.5.5.2	Objetivos.....	581
10.5.5.3	Regime jurídico público ou privado com derrogações.....	582
10.5.5.4	Responsabilidades.....	584
10.5.5.5	Criação.....	585
10.5.5.6	Contrato de rateio.....	587
10.5.5.7	Contrato de programa	587
10.5.5.8	Retirada, extinção e exclusão de ente do consórcio.....	588
11.	SETOR PÚBLICO NÃO ESTATAL: PARAESTATAIS E ENTES DE COLABORAÇÃO	589
11.1	Introdução.....	589
11.2	Serviços sociais autônomos	591
11.3	Corporações profissionais.....	593
11.4	Organizações Sociais (OS)	595
11.5	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip).....	596
11.6	Lei de Parcerias	598
12.	SERVIDORES PÚBLICOS	607
12.1	Considerações introdutórias.....	607
12.2	Breves linhas histórico-evolutivas acerca do “funcionalismo”.....	608
12.3	Profissionalização do funcionalismo no Brasil.....	609
12.4	Cargos, empregos e funções.....	612
12.5	Agentes públicos.....	619
12.6	Agentes políticos.....	621
12.7	Servidores públicos	623
12.8	Provimento originário e provimento derivado	623
12.9	Investidura.....	625
12.10	Classe, carreira e quadro	626
12.11	Concurso público.....	627
12.11.1	Igualdade e meritocracia.....	627
12.11.2	Histórico do surgimento do concurso público nas Constituições do Brasil	628
12.11.3	Configuração jurídica.....	630
12.11.4	Controle dos concursos públicos.....	631
12.12	Proibição de acumulação remunerada de cargos públicos.....	635
12.13	Servidores públicos e mandato eletivo	636
12.14	Sistemas remuneratórios.....	637
12.15	Teto remuneratório.....	638

12.16	Aposentadoria	640
12.17	Tratamentos transitórios de aposentadoria	643
12.18	Sindicalização e direito de greve.....	645
12.19	Estabilidade.....	647
12.20	Vitaliciedade	649
12.21	Responsabilidade dos servidores	650
12.22	Militares	654
12.23	Particulares em colaboração com o Poder Público	654
13.	BENS PÚBLICOS.....	657
13.1	Considerações introdutórias.....	657
13.2	Definição de bens públicos	660
13.3	Afetação e desafetação	660
13.4	Classificação.....	661
13.5	Regime jurídico	662
13.5.1	Inalienabilidade.....	663
13.5.2	Impenhorabilidade.....	663
13.5.3	Imprescritibilidade.....	663
13.5.4	Não onerabilidade com direitos reais de garantia	664
13.6	Uso privativo de bem público	664
13.6.1	Autorização de uso	665
13.6.2	Permissão de uso.....	665
13.6.3	Concessão de uso.....	667
13.7	Espécies de bens públicos	667
13.7.1	Terras devolutas	668
13.7.2	Terrenos reservados	669
13.7.3	Faixa de fronteira	669
13.7.4	Terras ocupadas pelos índios.....	671
13.7.5	Plataforma continental.....	676
13.7.6	Terrenos de marinha	677
13.7.7	Ilhas	679
13.7.8	Águas públicas	679
13.7.9	Jazidas e minas	680
14.	LIMITAÇÕES AO DIREITO DE PROPRIEDADE.....	681
14.1	Introdução	681
14.2	Limitações administrativas	682
14.3	Ocupação temporária.....	682
14.4	Requisição administrativa.....	683
14.5	Servidão administrativa	684
14.6	Tombamento.....	685
14.6.1	Noções introdutórias	685

14.6.2	Diferenças entre tombamento e registro	686
14.6.3	Preservação do patrimônio: objetivos e outros instrumentos de tutela	686
14.6.4	Tombamento e desapropriação indireta	687
14.6.5	Objeto	688
14.6.6	Disciplina legal.....	690
14.6.7	Natureza jurídica.....	691
14.6.8	Classificação.....	694
14.6.9	Procedimento	695
14.6.10	Efeitos.....	696
14.6.11	Direito de preferência em alienação judicial.....	697
14.7	Desapropriação	698
14.7.1	Conceito e natureza jurídica	698
14.7.2	Disciplina legal.....	700
14.7.3	Pressupostos autorizadores de desapropriação.....	702
14.7.4	Sujeito ativo da desapropriação.....	703
14.7.5	Objeto da desapropriação	704
14.7.6	Procedimento	705
14.7.7	Imissão provisória na posse	706
14.7.8	Desapropriação indireta	707
14.7.9	Indenização.....	708
14.7.10	Retrocessão e destino do bem desapropriado	710
15.	ORDENAMENTO URBANO E ESTATUTO DA CIDADE	715
15.1	Vida urbana e sustentabilidade da cidade	715
15.2	Funções sociais da cidade	716
15.3	Usucapião especial coletiva de imóvel urbano.....	722
15.4	Direito de preempção.....	723
15.5	Outorga onerosa do direito de construir	724
15.6	Operação urbana consorciada.....	724
15.7	Transferência do direito de construir.....	725
15.8	Estudo de impacto de vizinhança	725
16.	RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO	727
16.1	Definição.....	727
16.2	Fundamento da responsabilização: justiça corretiva e distributiva.....	730
16.3	Evolução histórica da responsabilidade.....	733
16.3.1	Período da irresponsabilidade nas Monarquias Absolutistas	733
16.3.2	Teoria civilista da culpa ou culpa civil comum	734
16.3.3	Responsabilidade publicista: fase inicial – culpa administrativa ou culpa do serviço	735
16.3.4	Responsabilidade publicista: teoria do risco ou responsabilidade objetiva	738

16.4	Evolução no ordenamento brasileiro.....	741
16.5	Requisitos presentes no art. 37, § 6º, da Constituição.....	743
16.5.1	Das pessoas que respondem objetivamente	743
16.5.2	Dano: material ou moral.....	745
16.5.3	Nexo de causalidade.....	746
16.5.4	A terceiros.....	749
16.5.5	Agentes.....	749
16.5.6	Atuação na qualidade.....	750
16.5.7	Regresso por dolo ou culpa	752
16.6	Denúnciação à lide do agente causador do dano	753
16.7	Excludentes da responsabilização.....	754
16.8	Responsabilidade por omissão do Estado	757
16.9	Responsabilidade por dano nuclear	765
16.10	Responsabilidade do Estado por atos legislativos.....	769
16.11	Responsabilidade do Estado por atos judiciais.....	771
16.12	Prazo de prescrição para pleitear reparação em juízo.....	773
17.	CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	777
17.1	Contextualização, definição e classificação	777
17.2	Controle do Ministério Público	779
17.3	Controle social ou popular	780
17.4	Controle legislativo.....	781
17.5	Controle administrativo	782
17.5.1	Recursos administrativos	782
17.5.2	Coisa julgada administrativa.....	785
17.5.3	Prescrição administrativa	785
17.5.4	Direito de petição aos Poderes Públicos.....	786
17.5.5	Direito de certidão	787
17.5.6	Controle anticorrupção e apuração da responsabilidade das em- presas	787
17.6	Controle judicial.....	791
17.6.1	<i>Habeas corpus</i>	794
17.6.1.1	Origem.....	794
17.6.1.2	Histórico no Brasil e doutrina do <i>habeas corpus</i>	795
17.6.1.3	Objeto	797
17.6.1.4	Sujeito ativo, abrangência e informalismo	798
17.6.2	<i>Habeas data</i>	798
17.6.2.1	Conceito e origem	798
17.6.2.2	Objeto	799
17.6.2.3	Questões sobre o cabimento	801
17.6.2.4	Sujeito ativo.....	801
17.6.2.5	Rito	802
17.6.3	Mandado de segurança	802
17.6.3.1	Definição.....	802

17.6.3.2	Origem.....	802
17.6.3.3	Disciplina legal	802
17.6.3.4	Sujeito ativo ou impetrante	803
17.6.3.5	Sujeito passivo ou paciente	803
17.6.3.6	Pressupostos	804
17.6.3.7	Liminar.....	805
17.6.3.8	Processamento.....	805
17.6.4	Mandado de injunção	806
17.6.4.1	Definição.....	806
17.6.4.2	Pressupostos	806
17.6.4.3	Sujeito ativo e sujeito passivo	806
17.6.4.4	Procedimento	807
17.6.4.5	Efeitos.....	807
17.6.5	Ação popular	809
17.6.5.1	Origem.....	809
17.6.5.2	Objeto.....	810
17.6.5.3	Pressupostos	811
17.6.5.4	Sujeito ativo e sujeito passivo	811
17.6.5.5	Competência.....	811
17.6.5.6	Funções do Ministério Público	812
17.6.5.7	Liminar e natureza da sentença	812
17.6.6	Ação civil pública.....	814
17.6.6.1	Conceito.....	814
17.6.6.2	Objeto e natureza da sentença	815
17.6.6.3	Sujeito ativo e sujeito passivo	815
17.6.6.4	Funções do Ministério Público	816
17.6.6.5	Inquérito civil e seu arquivamento	816
17.6.6.6	Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).....	816
17.6.6.7	Propositura	817
17.6.6.8	Execução pelo Fundo de Reconstituição em condenação pe- cuniária.....	817
17.6.7	Improbidade administrativa	818
17.6.7.1	Atos de improbidade e sanções.....	818
17.6.7.2	Modalidades de atos de improbidade e respectivas sanções..	820
17.6.7.3	Elemento subjetivo	826
17.6.7.4	Sujeito passivo.....	827
17.6.7.5	Sujeito ativo.....	828
17.6.7.6	Medidas acautelatórias.....	830
17.6.7.7	Processo administrativo	831
17.6.7.8	Ação judicial	832
17.6.7.9	Prescrição	835
17.7	Administração do medo, apagão das canetas e novos contornos do controle com as alterações da LINDB	837

REFERÊNCIAS.....	841
ÍNDICE REMISSIVO	857
ÍNDICE REMISSIVO DOS QUADROS DE TEMAS POLÊMICOS.....	873